

O CONCEITO DE RAÇA IMPRESSO NOS LIVROS-REGISTROS DO GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO D'ARMADA (1908-1918)

NASCIMENTO, Moacir Silva do (autor)
SCHIAVON, Carmem G. Burgert Schiavon (orientadora)
moacir_jc@yahoo.com.br

Congresso de Iniciação Científica
História

Palavras-chave: marinha de guerra brasileira; oficiais; conceito de raça.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o conceito de raça presente na Marinha de Guerra Brasileira (MB), no período de 1908 a 1918, por meio do exame dos Livros-Registros de oficiais do *Gabinete de Identificação d'Armada* (GIA), localizados no Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), onde constam dados dos militares que compunham a oficialidade da MB. Através de um brevíssimo relato sobre os principais teóricos raciais brasileiros e suas percepções, podemos constatar o esteio que formava a ideologia sócio-racial predominante na sociedade brasileira, ora determinando a inferioridade das raças “não brancas”, ora sinalizando a aceitação da mestiçagem como caminho viável para a consolidação da supremacia do branco, como que por uma seleção natural. Aqui, enfatizamos o lugar central das questões raciais no Brasil, já que podiam determinar os destinos do país.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Assim, direcionamos nossa reflexão ancorada na percepção de Stuart Hall (HALL, 1992) sobre o conceito de raças quando defende como uma “categoria discursiva” que “diferencia socialmente um grupo do outro”; primeiro, para externarmos que raça é uma categoria de concepção ideológica e não científica. Em um segundo momento, destacamos que tais discursos ideológico-raciais – por mais que não tenham uma fundamentação biológica – desempenham um papel relevante na construção de uma nação e sua identidade nacional, uma vez que assumem noções culturais que articulam os quadros sociais da época. Desse modo, assumimos a perspectiva teórica da Nova História Cultural, pois segundo Roger Chartier (1990), a pesquisa histórica deve analisar as sociedades a partir de suas estruturas, onde se configuram os lugares sociais de cada grupo, demonstrando os “mecanismos que asseguram a mobilidade (ou a reprodução) social, os funcionamentos não apreendidos pelos sujeitos sociais e sobre os quais a sua ação voluntária não tem qualquer influência” (CHARTIER, 1990, p. 92).

3. MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

Optaremos por utilizar o método de Análise de Conteúdo conceituado por Laurence Bardin (BARDIN, 1977) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” com o objetivo de “evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”; devido seu rigor metodológico e sua possibilidade de produzir sentidos e significados de forma multifacetados. Dessa forma, aplicaremos o método para estabelecermos unidades que, posteriormente, se configurarão em categorias; por exemplo, aquelas relacionadas

às unidades semânticas de classificação de cor, fator que revela o sistema classificatório da época.

4. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Para tanto, foram analisadas 500 fichas em dois Livros-Registros de oficiais. Cada livro possui 250 páginas, com a mesma quantidade para o número de identificações. A partir desta análise, ficou evidenciado que apenas 4,6% dos indivíduos identificados são classificados como “mestiços”, “mestiços morenos”, “pardos”, “pardos claros” e “pretos”. Assim, cabe ressaltar que os presentes registros perpassam um período de 10 anos (1908 até 1918), fator que demonstra uma clara desvantagem das populações mestiças e negras no processo de inserção em instituições como a Armada Brasileira. No entanto, o que chamou muito a atenção é como determinadas categorias de cor são distinguidas umas das outras. Em muitos casos em que um indivíduo foi classificado como de cor “parda” ou “mestiça”, na verdade, pela observação que realizamos das fotografias constantes das fichas de identificação, ficou notório que se tratava de um militar negro. Segundo Almeida, especificamente, o termo “pardo”, muitas vezes, era utilizado de forma pejorativa para designar não só a mestiçagem, mas também “representava uma relativização quanto à origem do cativo” (ALMEIDA, 2010, p. 94).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nestas informações podemos apontar que, dentro da Marinha de Guerra Brasileira, havia uma concepção racial que era reflexo de um grande sistema cultural que preconizava os lugares sociais de cada grupo étnico, revelando o padrão de classificação de etnias como microcosmo de uma sociedade racista, senhorial e articuladora de um processo de branqueamento. Em outras palavras, o que fez aparecer nos Livros-Registros as contradições nas categorias semânticas de cor, ensejando um ideário racista e segregacionista, foram as forças estruturantes da ideologia cultural dominante no Brasil da época. Assim, a estrutura cultural, que tem como um dos seus signos o racismo, moldou as formas de pensar e de agir dos indivíduos, diluindo seus códigos em diversas instituições do país e no imaginário da sociedade, como é o caso da Marinha de Guerra Brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvia P. Capanema de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. In: **Revista Antíteses**, v. 3, n. esp. pp. 90-114, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 26 jul. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.